



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

31 DE MARÇO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRÁSÍLIA-DF
DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA
POR OCASIÃO DO 18º ANIVERSÁRIO
DA REVOLUÇÃO

Brasileiros:

Grande parte de nosso povo não viveu as circunstâncias que deram origem ao movimento revolucionário de 31 de março de 1964. Muitos ainda não tinham idade para avaliar o que então acontecia em nosso universo político; outros vieram ao mundo posteriormente. Para que se tenha idéia de quanto mudou daquele acontecimento aos dias de hoje, a dimensão demográfica do Brasil, basta dizer que, nesses dezoito anos, nossa população aumentou em quase cinquenta milhões de pessoas.

Esses compatriotas, que por si sós poderiam formar uma grande nação, precisam tomar consciência, se ainda não o fizeram, do quadro caótico em que, nos idos de março, se pretendia, calculada ou levemente, mergulhar o País. Por inércia e incapacidade, os responsáveis pela administração pública, na órbita federal, haviam reduzido ao completo descabro o sistema econômico e financeiro. As atividades produtivas, viviam em permanente sobressalto diante da instabilidade do mer-

cado e da ameaça crônica de novas paralizações do trabalho, advindas dos comandos de greve, encorajados, abertamente, pelo beneplácito oficial. A desordem financeira campeava livremente incutindo na sociedade um sentimento de insegurança não distante do pânico. Os jovens da época não encontravam, nesse contexto, meio seguro de traçar seus caminhos e de planejar seu futuro.

Esse desastre econômico e social se abatia sobre o Brasil justamente numa época em que a situação internacional era de relativa paz e prosperidade, com o petróleo cotado a dois dólares por barril, e sem que nenhum fato externo influísse negativamente sobre o que aqui dentro sucedia.

A fraqueza do Executivo, a que não era estranha sua esperança de recolher benefícios da desordem, propiciava a instalação, em vastos setores da vida nacional, de perigoso clima de anarquia. A pregação da esquerda radical e dos demagogos, secundada pela dos porta-vozes de interesses espúrios, aproveitava a situação para fomentar a indisciplina nos meios estudantis, operários e até militares. Tramava-se, de modo aberto, progressivo e rápido, a subversão das instituições, enfraquecidas pelo tumulto administrativo, social e político. A grave crise institucional, que ameaçava as estruturas do Estado, chegava ao seu ponto culminante, quando as classes armadas, com o apoio inequívoco da Nação, se opuseram, mediante decisão histórica, à derrubada da ordem constitucional e democrática.

A restauração da ordem jurídica constituiu o objetivo primeiro do movimento revolucionário. Não quis este sair da legalidade. Se a quebrou, inicialmente, foi para resgatá-la, impedindo que submergisse sob a avalanche subversiva. Ao invés de renegar o regime democrático,

quis defendê-lo dos que lhe maquinavam a ruína. Além de repor o Brasil na normalidade constitucional, cuidou a nova ordem política de reimplantar a austeridade nos costumes administrativos, de sanear as finanças públicas, de retomar a arrancada no sentido do desenvolvimento econômico, de modernizar o País, de atender às exigências da justiça social.

Só a insinceridade política poderá negar o êxito que os governos posteriores ao movimento de março vêm obtendo na sua política reformista. Os melancólicos e os negativistas continuarão a dizer que as coisas vão mal. Mas a realidade mostra que nunca se fez tanto pelo povo e pelo País que figura hoje, graças ao salto desenvolvimentista dos últimos anos, entre as oito maiores potências internacionais. As prestações de caráter humanista jamais alcançaram tamanho vulto, nunca se estenderam a tão grande número de pessoas. Não é exagero afirmar que, hoje a quase totalidade dos brasileiros se acha diretamente protegida pelos serviços assistenciais do Estado. A tutela do trabalhador, sobretudo no que diz com o salário, nunca se exerceu com mais energia e eficácia. A ação do Poder Público, em defesa dos economicamente fracos, só encontra limites no que é racionalmente impossível.

A sabedoria universal ensina que, quando a proteção governamental aumenta, multiplicam-se as reivindicações populares. Talvez por isso a experiência também adverte que os estadistas e políticos, em todas as democracias, têm que deixar de prometer o céu. De minha parte, jamais o prometi, visto que, para tanto, não bastam as forças humanas. Não hesito, porém, em dizer que, embora lutando contra essa crise que o mundo inteiro enfrenta, e dentro da qual chegamos a pagar quarenta dólares por barril de petróleo, tenho ajudado a le-

var o Brasil, em matéria de progresso social, a um ponto jamais alcançado antes.

Tenho honrado, por igual, o compromisso que está na raiz do movimento de março, com a lei e a Constituição. Obedeço, fielmente, à sua inspiração democrática, quando gárantio fazer deste País uma democracia. Forma racional de convivência, a democracia supõe que ninguém é dono da verdade; baseia-se no princípio de que o consenso resulta de diálogo travado segundo os moldes da argumentação e da arte de persuadir; funda-se em que, não havendo consenso, a decisão se toma por maioria, assenta na boa-fé e cortesia entre os interlocutores; exige, como regra elementar, o respeito ao adversário; prega a moderação e a tolerância entre as parcialidades.

A democracia de certos dirigentes oposicionistas não é, no entanto, a democracia do diálogo, da moderação e da tolerância. É, pelo contrário, a democracia da agressão e da incontinência. É a democracia dos que, pondo de lado a racionalidade do diálogo, se comprazem na aspereza verbal, na deformação dos fatos, na omissão do respeito devido, por todos os títulos, ao Chefe de Estado.

Há quem diga que esses desmandos são defeitos da democracia e que tais defeitos, segundo conhecida sentença, se curam com mais democracia. Suportaria, pois, com tranqüilidade, os abusos de linguagem de que tenho sido alvo, se essa frase tivesse o beneplácito geral. A ela se contrapõe, no entanto, e com razão, o princípio de que a cura dos males da democracia não é mais democracia, porém mais inteligência.

Ricos em substância cinzenta, podem, assim, os adversários do Governo, se quiserem, mudar o estilo da

sua democracia, para torná-la mais coerente com o interesse das instituições que desejam aperfeiçoar.

No momento em que entramos na fase mais acesa da luta pré-eleitoral, não é demais lembrar que a Nação, como ficou demonstrado em 31 de março de 1964, quer a tranqüilidade da ordem, exige a conciliação da liberdade com a segurança, repudia as maquinações da esquerda radical; está disposta a defender, intransigentemente, a cidadela da democracia liberal, da democracia pluralista, da democracia econômica, da democracia social, da democracia humanista, da democracia autenticamente brasileira, que estamos construindo e de cujo caminho nada me desviará.

Boa noite.